



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.559, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024.

Aprova a Instrução que dispõe sobre o
Processo de Concessão de Credencial de
Segurança no âmbito do Comando da
Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 23, Anexo I, Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 67002.004817/2024-93, procedente do Centro de Inteligência da Aeronáutica:

Art. 1º Aprova a Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 200-13, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI, para o Credenciamento de Segurança no Comando da Aeronáutica - COMAER.

Art. 2º Revoga-se a Portaria GABAER nº 374/GC3, de 3 de outubro de 2022, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 176, de 19 de setembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA



INTELIGÊNCIA

ICA 200-13

CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA

2024

ANEXO I
CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA (ICA 200-13)

SUMÁRIO

	Art.
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	1º/5º
CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA.....	6º/23
Seção I - Órgão de Registro Nível 1.....	6º
Seção II - Órgão de Registro Nível 2.....	7º/8º
Seção III - Gestor de Segurança e Credenciamento	9º
Seção IV - Posto de Controle	10/18
Seção V - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.....	19/23
CAPÍTULO III - CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA DE PESSOAS NATURAIS	24/32
Seção I - Credenciamento Automático	24
Seção II - Restrições ao Credenciamento	25
Seção III - Processo de Credenciamento	26/29
Subseção I - Fase de Indicação	30
Subseção II - Fase de Investigação de Segurança	31
Subseção III - Fase de Credenciamento	32
CAPÍTULO IV - HABILITAÇÃO DE SEGURANÇA DE PESSOAS JURÍDICAS	33/37
CAPÍTULO V - RENOVAÇÃO DE CREDENCIAL/HABILITAÇÃO DE SEGURANÇA	38/40
CAPÍTULO VI - DESCREDENCIAMENTO	41/46
CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	47/49

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução tem a finalidade de disciplinar o processo de credenciamento de segurança de pessoas naturais, bem como de órgão e entidades públicas e privadas, para o tratamento de informações classificadas, em qualquer grau de sigilo, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Art. 2º Os processos de credenciamento de segurança, são balizados por meio dos seguintes dispositivos legais:

I - a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), institui o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC) no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR);

II - o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, estabelece que o acesso à informação classificada seja restrito às pessoas credenciadas segundo as normas fixadas pelo NSC. Estabelece, ainda, que compete ao GSI-PR expedir atos complementares relativos ao credenciamento de pessoas;

III - o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, conceitua Órgãos de Registro Nível 1 (ORN1) e Órgãos de Registro Nível 2 (ORN2). Os primeiros são Ministérios e equivalentes, e são habilitados pelo NSC. Os ORN2 são as entidades Públicas vinculadas aos ORN1, e são por eles habilitados. O Decreto define, entre outras, a competência do ORN1 em habilitar posto de controle dos ÓRGÃOS ou ENTIDADES, PÚBLICAS ou PRIVADAS, além de credenciar PESSOA NATURAL que com ele mantenham vínculo de qualquer natureza;

IV - a Portaria Normativa nº 1.147/MD, de 8 de maio de 2014, disciplina o processo de credenciamento de segurança no âmbito do Ministério da Defesa;

V - a Portaria nº 1.059/GSC/EMCFA-MD, de 12 de maio de 2015, habilita o Comando da Aeronáutica (COMAER) para o exercício das atribuições inerentes aos Órgãos de Registro Nível 2. Além disso, essa Portaria delega competência ao COMAER para realizar os procedimentos de inspeção e instrução dos processos de habilitação de segurança dos órgãos e entidades públicas ou privadas que mantenham vínculo de qualquer natureza com a Força Aérea; e

VI - a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece os princípios, as conceituações e os requisitos para o tratamento de Dados Pessoais.

Art. 3º Para os efeitos desta Instrução, aplicam-se as seguintes definições:

I - ativos de informação - meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação; os equipamentos necessários a isso; os sistemas utilizados para tal; os locais onde se encontram esses meios, e também os recursos humanos que a eles têm acesso;

II - credencial de segurança - certificado que autoriza pessoa para o tratamento de informação classificada;

III - credenciamento de segurança - processo utilizado para habilitar órgão ou entidade, pública ou privada, ou ainda para credenciar pessoas para o tratamento de informação classificada;

IV - gestor de segurança e credenciamento (GSC) - pessoa responsável pela segurança da informação classificada em qualquer grau de sigilo, nos órgãos de registro e postos de controle, devidamente credenciado;

V - gestão de riscos de segurança da informação e comunicações - conjunto de processos que permitem identificar e implementar as medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos a que estão sujeitos os seus ativos de informação, e equilibrá-los com os custos operacionais e financeiros envolvidos;

VI - habilitação de segurança - condição atribuída a um órgão ou entidade pública ou privada, que lhe confere a aptidão para o tratamento da informação classificada em determinado grau de sigilo;

VII - informação classificada - informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, a qual é classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada;

VIII - informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

IX - inspeção para habilitação de segurança - averiguação da existência dos requisitos indispensáveis à habilitação de segurança de órgãos e entidades para o tratamento de informação classificada;

X - investigação para credenciamento de segurança - averiguação da existência dos requisitos indispensáveis para a concessão da credencial de segurança às pessoas naturais, para o tratamento de informação classificada; e

XI - pessoa jurídica - órgãos ou entidades, públicos ou privados.

Art. 4º A presente Instrução aplica-se a todas as Organizações do Comando da Aeronáutica, além de servir de orientação a outros órgãos ou empresas, com os quais o COMAER celebrar acordo, contrato ou convênio com cláusula de manutenção de sigilo.

Art. 5º Das competências:

I - é de competência do Comandante da Aeronáutica conceder as Credenciais de Segurança no âmbito do COMAER. Essa competência pode ser delegada, sendo vedada a subdelegação;

II - ao Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER) compete estabelecer os

procedimentos para concessão de credencial de segurança às pessoas naturais e habilitação às pessoas jurídicas, vinculadas ao COMAER e que necessitem, por força de suas atribuições, ter acesso a informações classificadas em qualquer grau de sigilo;

III - compete, ainda, ao CIAER, realizar as inspeções para habilitação de segurança de pessoas jurídicas, além da instrução desses processos, que deverão ser submetidos à apreciação do GSC do ORN1 do Ministério da Defesa; e

IV - compete aos Comandantes, Chefes e Diretores:

a) identificar os setores de suas OM que tratam assuntos sigilosos e fazer com que essa necessidade conste da normatização interna (REGINT);

b) identificar os cargos e funções exercidas nos setores assinalados e providenciar o início do processo de credenciamento para seus ocupantes; e

c) orientar as pessoas jurídicas, com as quais possua contratos que impliquem em acesso a informações classificadas, quanto ao cumprimento desta Instrução.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA

Seção I

Órgão de Registro Nível 1

Art. 6º As Atribuições de Órgão de Registro Nível 1 (ORN1), no caso do Comando da Aeronáutica, são exercidas pelo Ministério da Defesa (MD).

§ 1º Por determinação do MD constante da Portaria nº 1.059/GSC/EMCFA-MD, de 12 de maio de 2015, o CIAER realizará a investigação para habilitação de segurança das pessoas jurídicas com as quais possua vínculo de qualquer natureza.

§ 2º Cabe ao ORN1 do Ministério da Defesa (ORN1/MD):

I - receber do CIAER os processos para habilitação de segurança das pessoas jurídicas vinculadas ao COMAER; e

II - homologar a habilitação dos Postos de Controle (PC) dos Órgãos e entidades, públicas ou privadas vinculadas ao Comando da Aeronáutica, para o armazenamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo:

a) os pedidos para Credenciamento de Segurança de Entidades Privadas devem ser formalizados pelas respectivas direções estatutárias ao ORN1/MD, por meio da Organização Militar (OM) responsável pelo Contrato Sigiloso, procedendo conforme o item 9.2, da NC01/IN02/NSC/GSI/PR; e

b) esses pedidos para Credenciamento devem ser submetidos ao CIAER que, após a realização da respectiva inspeção, levará o processo à apreciação do ORN1/MD.

Seção II

Órgão de Registro Nível 2

Art. 7º No âmbito do Comando da Aeronáutica, cabe ao CIAER o exercício das atribuições de Órgão de Registro Nível 2 (ORN2).

Art. 8º O ORN2/Aer tem as seguintes atribuições:

I - credenciar pessoa natural que possua vínculo de qualquer natureza com o COMAER;

II - iniciar, *ex officio*, o processo de credenciamento de segurança das pessoas naturais vinculadas ao CIAER;

III - encaminhar anualmente ao ORN1/MD relatórios de suas atividades e dos Postos

de Controle subordinados; e

IV - notificar imediatamente ao ORN1/MD na eventualidade de quebra de segurança das informações classificadas.

Seção III

Gestor de Segurança e Credenciamento

Art. 8º O Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica é o Gestor de Segurança e Credenciamento no âmbito do COMAER (GSC/Aer) e seu suplente é o Vice-Chefe do CIAER, ambos com credenciamento no grau ULTRASSECRETO.

§ 1º Os procedimentos para credenciamento do GSC/Aer e seu suplente serão realizados pelo CIAER.

§ 2º A substituição do GSC/Aer deve ser formalizada por meio de Portaria do CMTAER e prontamente informada ao ORN1/MD pelo CIAER.

§ 3º Cabe ao GSC/Aer:

I - emitir, por delegação de competência do Comandante da Aeronáutica, as credenciais de segurança no âmbito do COMAER, vedada a subdelegação;

II - homologar os indeferimentos de credencial de segurança no âmbito do COMAER;
e

III - assessorar o Comandante da Aeronáutica e propor normas para o tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo.

Seção IV

Posto de Controle

Art. 10. As atribuições de Posto de Controle do ORN2/Aer (PC/CIAER) são realizadas pela Divisão de Contraineligência (DCI) do CIAER.

§ 1º A chefia do PC/CIAER é função constante do Regimento Interno do Centro de Inteligência, subordinada ao Chefe da DCI.

§ 2º Cabe ao Posto de Controle do CIAER (PC/CIAER):

I - protocolar, armazenar e controlar toda documentação necessária aos processos de Credenciamento de Segurança das pessoas naturais e dos órgãos e entidades, públicos ou privados, vinculadas ao COMAER;

II - iniciar, *ex officio* ou a pedido, os processos de habilitação dos demais Postos de Controle no âmbito do COMAER;

III - armazenar e controlar as credenciais de segurança de pessoas naturais sob sua responsabilidade;

IV - encaminhar ao GSC/Aer os pedidos de credenciamento deferidos, para emissão da respectiva credencial;

V - encaminhar ao GSC/Aer os pedidos indeferidos de credencial, para homologação do indeferimento; e

VI - informar à autoridade solicitante da credencial sobre o deferimento ou indeferimento do pedido.

Art. 11. Cada Organização Militar (OM) do COMAER, que necessite trabalhar com informações classificadas em qualquer grau de sigilo deve possuir pelo menos um PC habilitado.

Art. 12. As atribuições de Posto de Controle no âmbito das Organizações Militares (PC/OM) são realizadas pelos respectivos setores de Inteligência.

Art. 13. O Chefe do PC/OM é o Chefe do Setor de Inteligência da OM.

Art. 14. O pedido de habilitação de um novo Posto de Controle em uma OM do COMAER deve ser encaminhado ao GSC/Aer, por meio da Cadeia de Comando.

Art. 15. O primeiro posto de controle de uma Pessoa Jurídica será homologado no ato de habilitação da entidade pelo ORN1/MD. O pedido para a criação de Postos de Controle adicionais deve ser encaminhado pelo GSC daquela entidade ao GSC/MD, seguindo o rito estabelecido Art. 27.

Art. 16. O GSC/Aer providenciará a verificação da qualificação técnica do PC, nos termos do item 8.5 da Norma Complementar NC01/IN02/NSC/GSI/PR.

Art. 17. Aos PC habilitados pelo ORN2/Aer compete:

I - armazenar e controlar as informações classificadas, inclusive as credenciais de segurança, sob sua responsabilidade;

II - manter a segurança lógica e física das informações classificadas, sob suas respectivas guardas;

III - realizar o tratamento da informação classificada sob sua responsabilidade de acordo com a legislação em vigor; e

IV - notificar o ORN2/Aer, imediatamente, quando da quebra de segurança das informações classificadas por eles custodiadas.

Art. 18. As áreas de funcionamento dos PC, que contiverem informações classificadas ou equipamentos criptográficos, são consideradas Áreas de Acesso Restrito, e devem estar demarcadas, de acordo com as recomendações da ICA 205-47 "INSTRUÇÃO PARA A SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS DA AERONÁUTICA (ISAS)".

Seção V

Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

Art. 19. De acordo com o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, o acesso à informação classificada em qualquer grau de sigilo pode ser franqueado, excepcionalmente, a pessoa que não possua credencial.

Art. 20. É importante observar que a solicitação de credencial é a regra e o acesso mediante assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) (Anexo V) é a exceção.

Art. 21. Para que possa integrar o efetivo do Sistema de Inteligência da Aeronáutica (SINTAER), nas assessorias de Inteligência ou setores equivalentes, a pessoa deve passar pelo processo de credenciamento e aguardar a concessão da credencial no nível solicitado. Fica VEDADA a utilização de TCMS com essa finalidade.

Art. 22. Para assumir as atribuições de GSC ou de suplente, em órgão ou entidade vinculada ao COMAER, deve ser cumprido o processo de credenciamento e emissão de credencial. Fica VEDADA a utilização de TCMS com essa finalidade.

Art. 23. O manuseio de informações pessoais NÃO requer credenciamento de segurança.

§ 1º A pessoa que, por força das suas atribuições, possua a necessidade de manusear informações pessoais de terceiros, deve assinar um TCMS. Esse Termo deve ser arquivado no Posto de Controle de sua OM.

§ 2º As regras e procedimentos para o tratamento de dados pessoais de terceiros, bem como a previsão das sanções administrativas nos casos de inobservância dessas regras estão

previstos na LGPD.

CAPÍTULO III CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA DE PESSOAS NATURAIS

Seção I **Credenciamento Automático**

Art. 24. São consideradas credenciadas *ex officio*, no exercício de seu cargo, dentro de suas competências e nos seus respectivos graus de sigilo, respeitada a necessidade de conhecer, as autoridades citadas na Portaria Normativa nº 2.975/MD, de 24 de outubro de 2013, enumeradas a seguir:

I - o Comandante da Aeronáutica, no grau ULTRASSECRETO; e

II - Oficiais-Generais, Comandantes, Chefes e Diretores, além dos servidores ocupantes de cargos de chefia do Cargo Comissionado Executivo - CCE e/ou Função Comissionada Executiva - FCE, no grau RESERVADO.

Parágrafo Único. Caso alguma das autoridades enumeradas tenha necessidade de conhecer informação classificada em grau de sigilo superior àquele para o qual são credenciadas *ex officio*, deverá possuir credencial de segurança no respectivo grau de sigilo, a ser concedida pelo órgão de registro ao qual estiver vinculada.

Seção II **Restrições ao Credenciamento**

Art. 25. O COMAER não fornece credencial de segurança aos Soldados de Segunda Classe (S2), tampouco a Praças-Especiais.

Seção III **Processo de Credenciamento**

Art. 26. O credenciamento de pessoas naturais é o processo realizado pelo ORN2/Aer que, depois de apresentação de pedido formal pela autoridade competente, realiza investigação para credenciamento e defere ou não esse pedido, com base no risco potencial de quebra de segurança.

Art. 27. A credencial de segurança sempre está associada a uma atividade, a um grau de sigilo e a um nível de restrição de acesso. Ela possui período de validade determinado, nunca superior a dois anos.

Art. 28. A concessão de credencial de segurança apresenta os seguintes requisitos:

I - solicitação por qualquer das autoridades relacionadas no Art. 23 ao ORN2/Aer. No caso de entidade privada, tal solicitação deve ser realizada pelo respectivo GSC;

II - apresentação do Formulário Individual de Dados para Credenciamento (FIDC) preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado pelo indicado ao credenciamento; e

III - aprovação no processo de investigação para credenciamento.

Art. 29. O processo de credenciamento de pessoas naturais deverá seguir as fases de indicação, investigação e credenciamento.

Subseção I **Fase de Indicação**

Art. 30. A fase de indicação do processo de credenciamento inicia-se com a solicitação formal citada nesta Instrução, com a identificação da pessoa que possui necessidade de conhecer, da função que demanda o acesso à informação classificada e o grau de sigilo solicitado.

§ 1º Um sistema informatizado para solicitação e acompanhamento dos processos de solicitação de credenciais de segurança (SISCRED) é fornecido pelo CIAER, no Portal da Rede Criptográfica, e deve ser utilizado para preenchimento padronizado dos formulários.

§ 2º A indicação deve ser realizada por meio do preenchimento do Formulário Para Solicitação de Credenciamento de Segurança (FSCS), exclusivamente por meio do Portal da Rede Criptográfica, de acordo com o Anexo II. O FIDC (Anexo III) assinado pelo candidato ao credenciamento deve ser anexado ao FSCS.

§ 3º Os seguintes documentos devem ser juntados à FSCS no processo de solicitação de credencial:

I - formulário individual de dados para credenciamento (FIDC);

II - regularidade fiscal:

a) certidão do TCU;

b) certidão da Receita Federal; e

c) certidão da dívida ativa do estado onde a pessoa reside.

III - situação criminal:

a) certidão da Polícia Federal; e

b) certidão da Polícia Civil do estado onde emitiu o RG.

IV - situação perante a justiça eleitoral:

a) certidão de quitação eleitoral do TSE; e

b) certidão de filiação partidária (somente militares da ativa), com o registro que o militar não se encontra filiado a qualquer partido político.

V - situação cível:

a) certidão do TRF da região onde a pessoa reside; e

b) certidão da seção judiciária do estado onde reside atualmente.

VI - declaração da situação administrativa (somente para funcionários de entidade privada); e

VII - certificado de reservista ou certificado de dispensa de incorporação para os candidatos civis do sexo masculino (no caso da reservista deve apresentar também o verso com os carimbos de apresentação).

§ 4º O processo de solicitação de credencial não é classificado em qualquer grau de sigilo, contudo, deve ser tratado como INFORMAÇÃO PESSOAL e, dessa forma, fica sujeito ao tratamento estabelecido na LGPD.

§ 5º A solicitação de credencial deve ser enviada ao GSC/Aer, exclusivamente por meio do SISCRED.

§ 6º Após a confirmação do recebimento do processo de solicitação de credencial pelo CIAER, o FIDC e os documentos relacionados acima devem ser devolvidos ao candidato.

Subseção II

Fase de Investigação de Segurança

Art. 31. A investigação de segurança tem como objetivo identificar o nível do risco potencial de quebra de segurança, ao se permitir que a pessoa indicada acesse informação

classificada no grau de sigilo solicitado.

§ 1º Essa fase deve iniciar-se ainda no Posto de Controle que solicita a credencial, de forma preliminar, após a assinatura do FIDC, onde o candidato ao credenciamento autoriza a investigação. Devem ser verificados, no mínimo os aspectos a seguir:

I - conferência dos documentos enumerados no Art. 30, § 3º. Deve ser considerada a existência de tais documentos, bem como a inexistência de restrições neles registradas; e

II - existência de registros de ordem administrativa (processos de apuração de transgressões disciplinares, sindicâncias, etc.) ou jurídicas (inquéritos, boletins de ocorrência, registro de termos circunstanciados, etc.) que indiquem envolvimento com atividades ilegais.

§ 2º Caso essa investigação preliminar contraindique a concessão da credencial, o pedido não deverá ser submetido ao Órgão de Registro e a autoridade solicitante deve afastar o candidato de atividades que exijam o credenciamento.

§ 3º Após o recebimento do pedido pelo Posto de Controle, a investigação de segurança será realizada por equipe designada pelo CIAER, e deverá avaliar, no mínimo, os seguintes aspectos pessoais do candidato (item 5.5.2 da NC01/IN02/NSC/GSI/PR):

I - envolvimento com pessoas ou organizações associadas ao crime, terrorismo, tráfico, sabotagem e espionagem;

II - situação fiscal;

III - dados relacionados à situação criminal, cível e administrativa; e

IV - situação eleitoral e do serviço militar.

§ 4º Pendências em um ou mais desses aspectos podem indicar o indeferimento do pedido de credencial.

§ 5º A fase de investigação será encerrada por meio do Relatório de Investigação (RI), onde constará o assessoramento ao GSC/Aer pela concessão ou pelo indeferimento do pedido de credencial.

§ 6º O processo de credenciamento, incluindo os autos da investigação será arquivado no PC/CIAER e receberá o tratamento de INFORMAÇÃO PESSOAL.

Subseção III

Fase de Credenciamento

Art. 32. O ato do credenciamento é a homologação da permissão para o tratamento da informação classificada no grau solicitado, contudo, não exime o credenciado das responsabilidades administrativas, cíveis e penais quanto à manutenção da segurança dos ativos de informação classificada tratados, conforme legislação pertinente.

§ 1º Com base no processo de solicitação de credencial, o GSC/Aer poderá conceder a credencial solicitada ou indeferir o pedido, não obstante o assessoramento consignado no RI.

§ 2º A concessão de credencial de segurança será informada à autoridade que iniciou o processo de credenciamento por meio do sistema informatizado (SISCRED).

§ 3º Quando for necessário comprovar o credenciamento junto a órgão externo ao COMAER, será expedido um Certificado de Credencial de Segurança (CCS), conforme Anexo IV. Esse CCS não será classificado e receberá o tratamento de INFORMAÇÃO PESSOAL.

§ 4º Para numeração, composição e armazenamento das credenciais de segurança, o PC/CIAER deverá observar as determinações da NC01/IN02/NSC/GSI/PR.

CAPÍTULO IV

HABILITAÇÃO DE SEGURANÇA DE PESSOAS JURÍDICAS

Art. 33. As solicitações de habilitação de órgãos ou entidades públicos ou privados vinculados ao COMAER devem ser endereçadas ao ORN1/MD, conforme o item 9.2, da NC01/IN02/NSC/GSI/PR.

§ 1º Essas solicitações devem ser apresentadas à OM com a qual a Pessoa Jurídica mantenha vínculos contratuais. A OM responsável enviará o pedido ao CIAER que realizará o assessoramento ao ORN1/MD quanto à concessão da habilitação.

§ 2º A direção estatutária da entidade privada vinculada ao COMAER formalizará a intenção de habilitação de segurança de sua empresa ao GSC do ORN1/MD, encaminhando ao mesmo, conforme descrito no § 1º, os seguintes documentos probatórios da regularidade fiscal e da expectativa de assinatura de contrato sigiloso, previstos nos incisos I e III do art. 11 do Decreto nº 7.845, de 2012:

- I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizada;
- II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- III - organograma atualizado ou documento que identifique os reais controladores da empresa;
- IV - certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais (Receita Federal);
- V - certidão quanto à dívida ativa da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);
- VI - certidão negativa de débitos (INSS);
- VII - certidão de regularidade do FGTS (Caixa Econômica Federal);
- VIII - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa;
- IX - prova de regularidade junto à Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- X - protocolo ou carta de intenções, contendo o objeto do contrato, duração e grau de sigilo envolvido; e
- XI - a natureza da informação classificada, bem como a necessidade do seu tratamento.

§ 3º O documento de solicitação deve informar o nome do GSC da entidade, bem como de seu suplente.

§ 4º Para exercerem as funções de GSC e de suplente, os nominados devem passar pelo processo de credenciamento de pessoa natural. Portanto, a indicação para essas funções deve ser acompanhada pelos respectivos FIDC.

Art. 34. O processo de habilitação de pessoa jurídica obedecerá às prescrições do capítulo 9 da NC01/IN02/NSC/GSI/PR.

Art. 35. Após avaliação pelo ORN1/MD do Relatório de Investigação produzido pelo CIAER, poderá ser emitida a Habilitação de Segurança, cuja validade não poderá ser superior a dois anos.

Art. 36. A Expedição da habilitação será comunicada ao GSC da entidade solicitante por meio de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 37. A habilitação de segurança de empresa estrangeira deve ser concedida pelo

país de origem da mesma. Um documento comprovando essa habilitação deve ser encaminhado ao ORN2/Aer.

§ 1º Para que essa habilitação seja reconhecida em território nacional, deve haver Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, firmado entre o país de origem da empresa e o Brasil, por meio do GSI/PR.

§ 2º O ORN2/Aer deve ser consultado quanto à existência desse tipo de acordo.

§ 3º Cabe aos órgãos e entidades, signatários de Contratos Sigilosos, fazerem constar dos mesmos as referências devidas ao Acordo citado no § 1º do caput.

CAPÍTULO V RENOVAÇÃO DE CREDENCIAL/HABILITAÇÃO DE SEGURANÇA

Art. 38. A credencial ou a habilitação de segurança poderão ser renovadas ao término de sua validade.

Art. 39. O processo de renovação deve seguir o mesmo rito da solicitação, e deve ser iniciado sessenta dias antes do término da validade da credencial/habilitação anterior, com o objetivo de evitar interrupções nos trabalhos.

Art. 40. É vedada a prorrogação de uma credencial/habilitação de segurança.

CAPÍTULO VI DESCREDENCIAMENTO

Art. 41. O descredenciamento da pessoa natural poderá ocorrer em virtude de um dos seguintes motivos:

- I - término de validade da credencial de segurança;
- II - falecimento;
- III - cessar a necessidade de conhecer;
- IV - transferência de órgão ou entidade;
- V - passagem para a reserva ou inatividade;
- VI - licenciamento;
- VII - suspeita ou quebra de segurança;
- VIII - a pedido da autoridade que solicitou a credencial; e
- IX - a critério do ORN2/Aer, ou do ORN1/MD.

Art. 42. O descredenciamento de pessoa jurídica poderá ocorrer, em qualquer tempo, a pedido, ou quando a mesma incorrer nos seguintes casos:

- I - extinção;
- II - falência;
- III - fusão;
- IV - aquisição;
- V - secção;
- VI - cessar a necessidade de tratar informação classificada;
- VII - suspeita ou quebra de segurança; e
- VIII - a critério do ORN1/MD.

Art. 43. A solicitação de descredenciamento, quando se fizer necessária, deverá ser encaminhada pela autoridade que solicitou o credenciamento de segurança ao ORN1/MD.

Art. 44. O descredenciamento por término da validade dar-se-á de forma

automática, independente de solicitação ou processo.

Art. 45. Como uma medida adicional de proteção do conhecimento, a pessoa a ser descredenciada deve assinar a Declaração de Responsabilidade (Anexo VI), na qual confirma estar ciente que, mesmo não mais possuindo credencial de segurança, continua responsável pela manutenção do sigilo dos ativos de informação aos quais teve acesso.

Art. 46. A entidade privada que for desabilitada, por término de validade, fim do contrato ou a critério do ORN1/MD, é responsável pela transferência imediata para o ORN2/Aer de todos os ativos de informação classificada pertencentes ao COMAER armazenadas no Posto de Controle daquela entidade, observando a legislação e as normas de segurança da informação classificada em vigor, sob pena da Lei.

Parágrafo Único. O GSC da entidade descredenciada deve providenciar a assinatura da Declaração de Responsabilidade (Anexo VI) por todas as pessoas naturais que tenham tomado conhecimento de informações sigilosas.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. O Centro de Inteligência da Aeronáutica estabelecerá as normas complementares que se fizerem necessárias para a execução da investigação de segurança para o credenciamento de pessoas naturais, e para a inspeção para habilitação de pessoas jurídicas.

Art. 48. Os pedidos de informação relativos a processos de credenciamento deverão ser submetidos ao ORN2/Aer, conforme detalhado a seguir:

I - Os pedidos realizados por militares devem ser encaminhados ao CIAER por meio de requerimento, seguindo a cadeia de comando; e

II - As pessoas naturais vinculadas a entidades habilitadas pelo ORN1/MD por meio do ORN2/Aer devem submeter seus pedidos ao respectivo GSC, que fará a remessa ao CIAER.

Art. 49. Os casos não previstos nesta Instrução, serão submetidos à deliberação do NSC do GSI/PR, por meio do ORN1/MD. De acordo com as competências estabelecidas pelo art. 6º do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 e pelo item 11.5, da NC01/IN02/NSC/GSI/PR, de 27 de junho de 2013, cabe ao NSC decidir sobre esses assuntos.

ANEXO II
FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAL DE SEGURANÇA DE PESSOA NATURAL

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
NOME DA ORGANIZAÇÃO

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA - FSCS

Tendo em vista o preconizando nos itens 5.1¹, 5.5.1.1² e 5.5.1.2³ da Norma Complementar nº 01, de 23 de junho de 2013, da Instrução Normativa nº 02, do Núcleo de Segurança e Credenciamento do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que disciplina o credenciamento de segurança de pessoas naturais, órgãos e entidades públicas e privadas para o tratamento de informações classificadas, seguem as informações para credenciamento:

- a) Autoridade Indicadora: (Autoridades relacionadas no item 5.1.1 da ICA 200-13).
- b) Indicado: (nome completo do indicado)
- c) Grau de acesso à informação classificada pretendida: () Reservado () Secreto () Ultrassecreto
- d) Atividades/funções a serem desenvolvidas pelo indicado que demandem o acesso à informação classificada: (atividades que serão desenvolvidas pelo Indicado)
- e) Prazo estimado de exercício das atividades/funções: (não superior a 2 anos, art. 5.2 da NC01/IN02/GSI/PR)
- f) Justificativa da autoridade indicadora para a necessidade de conhecer documentos classificados por parte da pessoa a ser credenciada: (motivos para emissão da credencial de segurança)
- g) Outras informações julgadas pertinentes: (caso necessário preencher)

Local, _____ de _____ de _____.

AUTORIDADE INDICADORA
FUNÇÃO

Anexo:

- a) Formulário Individual de Dados para Credenciamento (FIDC);
- b) Certidão de quitação eleitoral;
- c) Certidão negativa de débito; e
- d) Comprovante de regularidade junto ao serviço militar obrigatório.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

ANEXO III
FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE DADOS PARA CREDENCIAMENTO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
NOME DA ORGANIZAÇÃO

FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE DADOS PARA CREDENCIAMENTO - FIDC

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO:

- Responda de forma precisa às questões apresentadas;
- Digite os dados diretamente no Formulário ou preencha o mesmo em letras de forma com caneta azul ou preta;
- Se não tiver resposta a dar a alguma(s) questão(ões), escreva a expressão “NADA A RELATAR”;
- Caso necessário utilize o verso para completar as perguntas; e
- Os dados informados são considerados pessoais.

Foto 3 X 4
(atual)
Rosto frontal e
Fundo branco

1. DADOS PESSOAIS:

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Local de nascimento: _____ UF: _____ País: _____

Nacionalidades: _____ Estado Civil : _____

Documento de identificação: _____ Tipo: _____

Data de expedição: _____ Local de expedição: _____

Identidade Funcional: _____ Órgão: _____

Cadastro de Pessoas Físicas (CPF): _____ Cadastro INSS: _____

Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____

Carteira Nacional de Habilitação: _____ Emissão: _____ UF: _____

Passaporte Nº: _____ País Emissor: _____

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO III
FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE DADOS PARA CREDENCIAMENTO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

2. DADOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL:

Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____ País: _____
Telefones residenciais: _____
Telefones celulares: _____
Telefones funcionais: _____
E-mails: _____

3. DADOS PROFISSIONAIS:

Cargo/Função/Emprego: _____
Órgão/Empresa: _____
Endereço: _____
CEP _____ Cidade _____ UF _____ País _____
Data de admissão: ____ / ____ / ____

4. DADOS DO PAI:

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____ / ____ / ____
Local de nascimento: _____ UF: _____ País: _____
Nacionalidades: _____
Endereço: _____
CEP _____ Cidade _____ UF _____ País _____
Convive atualmente: Sim [☐] Não [☐]

5. DADOS DA MÃE:

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____ / ____ / ____
Local de nascimento: _____ UF: _____ País: _____
Nacionalidades: _____
Endereço: _____
CEP _____ Cidade _____ UF _____ País _____
Convive atualmente: Sim [☐] Não [☐]

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO III
FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE DADOS PARA CREDENCIAMENTO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro,
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

6. DADOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A):

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Local de nascimento: _____ UF: _____ País: _____

Nacionalidades: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade _____ UF _____ País _____

Convive atualmente: Sim [] Não []

7. RESIDÊNCIAS ANTERIORES (Endereços residenciais do solicitante nos últimos dez anos):

Desde	Até	Endereço: _____
		CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____ País: _____

8. VIAGENS: SE VISITOU ALGUM PAÍS ESTRANGEIRO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS, PREENCHA O QUADRO ABAIXO:

Data		País	Motivo
Início	Fim		

9. PESSOAS DE SEU CONVÍVIO QUE TENHAM RESIDIDO NO EXTERIOR POR MAIS DE DOIS ANOS, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS:

Nome	De/Até	País	Motivo

10. POSSUI ALGUMA ENFERMIDADE? Sim [] Não []

10.1 CASO POSITIVO, QUAL?

11. FAZ USO DE ALGUM MEDICAMENTO CONTROLADO? Sim [] Não []

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro,
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO III
FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE DADOS PARA CREDENCIAMENTO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

11.1 CASO POSITIVO, RELACIONE:

12. FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Relacionar os cursos realizados após o ensino médio):

Data de Conclusão	Instituição e País	Título

13. DADOS SOBRE EMPREGOS ANTERIORES (Relacionar os empregos anteriores ao que está sendo exercido atualmente):

Período	Empresa ou entidade	Endereço	Cargo/Emprego

14. RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Relatar se manteve relações com governos estrangeiros, organismos ou programas internacionais esclarecendo as funções desempenhadas ou tipo de relação mantida):

Organismo/Programa	Tipo de relação e período	País

15. REFERÊNCIAS PESSOAIS:

Nome	Telefones

16. OBSERVAÇÕES FINAIS (Relate qualquer fato que julgue necessário e oportuno para o processo de credenciamento):

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO III
FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE DADOS PARA CREDENCIAMENTO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 55 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

17. DECLARAÇÃO PESSOAL:

Eu _____, devidamente qualificado no item 1(um) deste formulário, declaro para os fins deste credenciamento de segurança (processo utilizado para credenciar pessoa para o tratamento de informação classificada em grau de sigilo - Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012), que:

- a) Tudo que foi manifestado por mim, neste questionário, é a pura expressão da verdade;
- b) Reconheço que qualquer falsidade declarada (por omissão, engano, inexistência ou tergiversação de algum dado) será motivo para negação ou anulação da credencial de segurança, sem prejuízo de outras responsabilidades;
- c) Comprometo-me a comunicar imediatamente ao órgão credenciador, durante a investigação ou durante o período de validade da credencial de segurança, qualquer alteração posterior dos dados assinalados neste questionário;
- d) Declaro conhecer a legislação em vigor e as normas relacionadas à segurança da informação e comunicações, especialmente, aquelas relativas às informações classificadas em grau de sigilo;
- e) A partir dos dados deste formulário, atendendo ao prescrito no inciso II do Art. 55 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, **AUTORIZO** a investigação para credenciamento sobre minha pessoa, a fim de verificar se existe algum registro que possa indicar risco à segurança da informação, em especial às informações classificadas;
- f) Aceito a condição de ser ou não aprovado na investigação de segurança, reconhecendo que o meu credenciamento, para tratamento de informações classificadas, dependerá desse resultado.

_____, _____ de _____ de _____.
Local Data

(Nome e assinatura do declarante)

18. CONSENTIMENTO EXPRESSO:

AUTORIZO, de acordo com o inciso II do Art. 55 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que minhas informações sejam divulgadas ou acessadas por terceiros autorizados por previsão legal, desde que sejam atendidas as obrigações legais previstas nos Art. 60 e Art. 61, do mesmo Decreto. Essas informações devem ser utilizadas exclusivamente para as finalidades determinadas e dentro do limite temporal necessário para a conclusão do tratamento, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), conforme informado a mim na declaração assinada acima.

(Nome e assinatura do declarante)

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 55 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

ANEXO IV
CERTIFICADO DE CREDENCIAL DE SEGURANÇA

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(Nome do órgão ou entidade expedidora)

CERTIFICADO DE CREDENCIAL DE SEGURANÇA Nº XXX

CERTIFICO que o Sr.(a) _____,
identidade nº _____, emitida em ____/____/____ pelo(a) _____,
vinculado aos quadros do(a) (Órgão ou entidade de vínculo do credenciado), onde exerce
o cargo/função de (Cargo ou função do credenciado), está
credenciado para o tratamento de informações classificadas no grau (em letra
maiúscula, entre aspas e em vermelho: "ULTRASSECRETO" ou "SECRETO" ou "RESERVADO"), para
(Descrição sucinta da finalidade para qual se destina a credencial).

Esta Credencial de Segurança é válida até ____ de ____ de ____.

_____, ____ de ____ de ____.
(Local) (Data)

Selo Nacional inserido
conforme item 5.4.3.6 da NC.



(Assinatura e carimbo da Autoridade responsável pelo Credenciamento)

INFORMAÇÕES PESSOAIS

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro.
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.

ANEXO V
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INFORMAÇÃO PESSOAL

De acordo com o art. 31 da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 55 do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS

Eu, _____,

CPF: _____, perante o Comando da Aeronáutica, declaro ter ciência inequívoca da legislação:

- 1) sobre o tratamento de dados pessoais, os requisitos para tratamento de dados pessoais de terceiros, conforme estabelecido pela Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- 2) sobre o tratamento de informação classificada em grau de sigilo, cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado; e

Comprometo-me a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:

- a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo Ministério da Defesa e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
- d) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do Ministério da Defesa, salvo com autorização da autoridade competente.

INFORMAÇÃO PESSOAL

De acordo com o art. 31 da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 55 do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO V
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INFORMAÇÃO PESSOAL

De acordo com o art. 31 da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 55 do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012.

Declaro que recebi e tive acesso ao (à) documento ou material entregue ou exibido ao signatário e, por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

_____	_____	_____
Local	Data	Assinatura do declarante

1ª Testemunha: _____
Nome, CPF, Rubrica

2ª Testemunha: _____
Nome, CPF, Rubrica

Aviso de privacidade: Suas informações pessoais serão tratadas pelo Comando da Aeronáutica conforme a Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, com a finalidade de efetuar apuração legal em caso de descumprimento do presente termo, seguindo o princípio da necessidade, limitando-se ao mínimo de dados para a realização da finalidade declarada. A temporalidade de utilização dos dados coletados será de acordo com as leis arquivísticas vigentes.

INFORMAÇÃO PESSOAL

De acordo com o art. 31 da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 55 do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012.

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

INFORMAÇÃO PESSOAL

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro,
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
NOME DA OM

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

NOME

CPF

DOCUMENTO (TIPO, Nº, DATA E LOCAL DE EXPEDIÇÃO)

Tendo em vista:

- 1) o Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que em seu Art.325 define o crime de **Violação de Sigilo Funcional** e estabelece as penalidades; e
- 2) a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e estabelece as penalidades administrativas ao seu eventual descumprimento.

Declaro que estou ciente da responsabilidade que continuarei a ter quanto à salvaguarda do sigilo de todo conhecimento a que tive acesso em função do exercício de meu trabalho e afirmo que não tenho em meu poder quaisquer documentos (originais ou cópias, físicos ou digitais) relativos às tarefas que me foram confiadas no período em que servi no(a) **NOME DA ORGANIZAÇÃO MILITAR**, ou outros a que tenha tido acesso..

Local

Data

Assinatura do declarante

1ª Testemunha: _____

Nome, CPF e Rubrica

2ª Testemunha: _____

Nome, CPF e Rubrica

Aviso de privacidade: Suas informações pessoais serão tratadas pelo Comando da Aeronáutica conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com a finalidade de efetuar apuração legal em caso de descumprimento do presente termo, seguindo o princípio da necessidade, limitando-se ao mínimo de dados para a realização da finalidade declarada. A temporalidade de utilização dos dados coletados será de acordo com as leis arquivísticas vigentes.

INFORMAÇÃO PESSOAL

De acordo com o art. 31 da Lei n 12.527, de 18 de novembro,
de 2011 e art. 55 do Decreto n 7.724, de 16 de maio de 2012.